



REGISTRO DE REUNIÃO

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DE INTERFERÊNCIA NA FAIXA DE 3.625 A 3.700 MHZ - GAISPI

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAISPI

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
10 de agosto de 2026 (segunda-feira)	09:17	11:53	Plataforma Teams

1. PARTICIPANTES

1.1. Membros do GAISPI:

FUNÇÃO	MEMBRO	NOME	Presente na reunião?
Presidente do GAISPI	-	Edson Victor Eugênio de Holana	SIM
Secretário Executivo do GAISPI	-	Vinícius Oliveira Caram Guimarães	SIM
Representante do Ministério das Comunicações	Titular	Hermano Barros Tercius	NÃO
	Suplente	Wilson Diniz Wellisch	SIM
Representantes das Proponentes Vencedoras dos Lotes do Tipo B	Titular	Antônio Oscar de Carvalho Petersen	NÃO
	Suplente	Monique Pereira Ibitinga de Barros	SIM
	Titular	Ricardo Guilherme Hobbs	NÃO
	Suplente	Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves	NÃO
	Titular	Mario Girasole	NÃO
	Suplente	Marcelo Concolato Mejias	SIM
Representantes dos Radiodifusores	Titular	Cristiano Reis Lobato Flores	SIM
	Suplente	Rodrigo da Costa Arantes	NÃO
	Titular	Samir Amando Granja Nobre Maia	SIM
	Suplente	Wender Almeida de Souza	SIM
	Titular	Rodolfo Fernandes de Souza Salema	SIM
	Suplente	Carlos Eduardo Neiva Melo	NÃO
Representantes das Exploradoras de Satélites	Titular	Lincoln Amazonas Antunes de Oliveira	NÃO
	Suplente	Michelle Machado Caldeira	NÃO
	Titular	Fabio Franco Costa de Alencar	SIM
	Suplente	Luis Fernando Barros Costa Fernandes	NÃO
	Titular	Guilherme Braz da Silva Saraiva	NÃO

FUNÇÃO	MEMBRO	NOME	Presente na reunião?
	Suplente	Flávia Labouriau	NÃO
Representantes das Proponentes Vencedoras dos Lotes C1 a C8 e D1 a D32	Titular	José Roberto Nogueira	NÃO
	Suplente	Katia Costa da Silva Pedroso	NÃO
	Titular	Hugo Vidica Mortoza	SIM
	Suplente	Wagner Zanini Barreira	SIM
	Titular	Vítor Elísio Góes de Oliveira Menezes	SIM
	Suplente	Mariana Rezende	NÃO

1.2. Outros Participantes:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Chirlene Silva Sampaio	Anatel (Colaborador)
Karine Medeiros Dias	Anatel
Paula Fontelles do Valle	Anatel
Edgar Barbosa de Souza	Anatel
Takeshi Ikeda	Anatel
Evandro Leo Koberstein	Anatel
leonardo Custódio de Araujo	Anatel
Macos Baeta	Anatel
Renato Sales	Anatel
Yroa Robledo Ferreira	Anatel
Sidney Azeredo Nince	Anatel
Tiago Dias Sobrinho	Anatel
Rogério Adriano Fernandes	Anatel
Eduardo Takafashi de Alcantara	MCom
Melissa Carvalho Coelho	Claro
Jose Clibas Macedo Souza da Silva	EAF
Sala 5G	EAF
Rorício Vasconcelos	EAF
Paula Esteves Andrade de Oliveira	EAF
Patrícia Decursi Gouveia de Souza	EAF

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Leonardo Waideman Liebana	EAF
Rodrigo Arantes	EAF
Geraldo Jair Vieira Segatto	EAF
Gina Duarte	EAF
Tiago Nunes	Globo
Ana Eliza	Globo
Marcio Andrade de Assis Brasil	Hispasat

2. PAUTA

Item	Descrição
1	ITEM 1 DA PAUTA: APROVAÇÃO DA ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAISPI, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2026.
2	ITEM 2 DA PAUTA: INFORME DA ENTIDADE ADMINISTRADORA DA FAIXA DE 3,5 GHz (EAF).
3	ITEM 3 DA PAUTA: AVALIAÇÃO DO CENÁRIO DA TV 3.0 E CONVERGÊNCIA COM O GAISPI
4	ITEM 4 DA PAUTA: DELIBERAÇÃO SOBRE O REGULAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
5	ITEM 5 DA PAUTA: REGULAMENTO DE DIRETRIZES DE CONTRATAÇÃO DA EAF
6	ITEM 6 DA PAUTA: INFORME DO GRUPO TÉCNICO DE REDE PRIVATIVA DE COMUNICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – GT-REDE.
7	ITEM 7 DA PAUTA: INFORME DO GRUPO TÉCNICO DE MIGRAÇÃO E MITIGAÇÃO – GT-MIGRAÇÃO.
8	ITEM 8 DA PAUTA: INFORME DO GRUPO TÉCNICO DO PROGRAMA AMAZÔNIA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL – GT-PAIS
9	ITEM 9 DA PAUTA: INFORME DO GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO (GT-F)
10	ITEM 10 DA PAUTA: OUTROS ASSUNTOS.
11	ITEM 11 DA PAUTA: DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2026.

3. RELATO DA REUNIÃO

Saudação	O Presidente do GAISPI, Conselheiro Edson Víctor Eugênio de Holanda, cumprimentou a todos e, ato contínuo, solicitou ao Secretário Executivo do GAISPI, Sr. Vinícius Oliveira Caram Guimarães, que conduzisse a Reunião que, por sua vez, fez um resumo das matérias em pauta e registrou que não havia representantes excepcionais. Contudo, antes de dar início aos itens originalmente previstos, o Presidente do GAISPI propôs a inclusão, extra pauta, de deliberação referente ao Programa Mil Talentos. Informou que o projeto se encontrava apto a ser iniciado, mas que haviam sido identificados possíveis riscos relacionados à legislação eleitoral. Diante disso, propôs o adiamento de seu início para novembro de 2026, após o segundo turno das eleições, quando o tema seria novamente avaliado pelo Grupo quanto à permanência de eventual risco ou vedação eleitoral. O Secretário Executivo do GAISPI formalizou a proposta aos membros do GAISPI e, sem manifestações contrárias, declarou-a aprovada. Feito esse registro, passou para o item 1 da Pauta.

1	O Secretário Executivo do GAISPI informou que não foram recebidas manifestações sobre a minuta de Ata circulada, questionando os membros do GAISPI se estariam de acordo com versão encaminhada do documento. Diante do consenso, o Secretário Executivo do GAISPI declarou que fica aprovada a Ata da 50ª Reunião Ordinária do GAISPI, realizada no dia 12 de junho de 2026. Ato contínuo, passou-se para o item 2 da Pauta.
2	Inicialmente, a EAF compartilhou com os membros do GAISPI uma apresentação detalhada do informe sobre as atividades em andamento, anexa à presente Ata. Ato contínuo, os representantes da EAF apresentaram informe sobre o andamento dos projetos e atividades sob sua responsabilidade, abrangendo a Fase Extra do Programa Brasil Antenado, o Programa Amazônia Integrada e Sustentável – PAIS, a Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, as ações de comunicação e sustentabilidade, o acompanhamento financeiro e a apresentação preliminar de proposta relacionada à implantação de infraestrutura de data center. <u>2.1. Fase Extra - Brasil Antenado</u> Em relação Fase Extra do Programa Brasil Antenado, foi informado o encerramento das etapas A, B e C, com 257.564 instalações acumuladas até 24 de julho de 2026. Foram registradas 72.924 instalações na Etapa A, 83.453 na Etapa B e 101.187 na Etapa C. A EAF informou, ainda, a existência de estoque remanescente de aproximadamente 110 mil kits, distribuídos entre o estoque próprio e os equipamentos mantidos junto às empresas parceiras, passíveis de utilização nas etapas subsequentes do programa. Foram também apresentadas informações relativas aos aspectos regulatórios associados à fase adicional, matéria que permanece em tratamento no âmbito do respectivo Grupo Técnico. <u>2.2. Programa Amazônia Integrada e Sustentável - PAIS</u> Quanto ao PAIS, a EAF apresentou a situação atual das infovias e das adequações do PAC. Em relação às Infovias 02, 03 e 04, registrou que as infraestruturas se encontram em estágio avançado ou concluído, permanecendo tratativas relacionadas aos procedimentos de transferência e formalização da entrega. No tocante à Infovia 05, foi informado que o lançamento foi dividido em dois segmentos e que o primeiro trecho, até Manicoré, já havia sido concluído, com o cabo lançado e ancorado, encontrando-se em andamento as providências para instalação dos equipamentos eletrônicos. O trecho subsequente, entre Manicoré e Porto Velho, foi reprogramado para o final do ano, em razão das condições do rio, da necessidade de enterramento do cabo em determinados trechos e da realização de trabalhos de dragagem na região. Em relação às Infovias 06 e 08, a EAF informou que ambas apresentam trechos intermediários superiores a 500 quilômetros e que, embora tecnicamente viáveis, tais trechos demandam soluções adicionais de regeneração do sinal. Nesse sentido, encontra-se em andamento a contratação de empresa de consultoria para validação do estudo técnico e realização de análise de viabilidade e sustentabilidade econômica. Concluída essa etapa, os resultados deverão ser submetidos ao GAISPI para definição quanto ao prosseguimento ou não da implementação das duas infovias. Quanto às adequações do PAC, foi informado que a parte subfluvial já havia sido concluída e que permaneciam em execução os trechos terrestres. Durante a apresentação da própria EAF quanto ao tema “comunicação”, mais adiante consignada, a Sra. Gina Marques Duarte questionou sobre quais providências ainda impediam a conclusão da entrega da Infovia 02. Foi esclarecido por representante da entidade que ainda faltava o Termo de Aceite Definitivo, tendo sido já realizada toda a vistoria junto ao Ministério. O Sr. Eduardo Takafashi de Alcantara esclareceu, em complemento, que ainda não havia sido concluída a vistoria e que a pendência se relaciona à etapa de recuperação e à rede metropolitana, que, no edital de chamamento, foram estruturadas de forma conjunta. Informou que, embora o consórcio operador já esteja constituído, a contratação da rede metropolitana ainda dependerá de RFP. Explicou que estão sendo realizadas tratativas com o consórcio para viabilizar a separação dessas etapas, de modo a permitir o avanço das vistorias enquanto é concluído o pequeno trecho terrestre ainda remanescente. Ressaltou que, nas Infovias 03 e 04, a vistoria da rede metropolitana foi realizada conjuntamente com a entrega da infraestrutura, ao passo que, no caso em questão, a falta de entrega simultânea obrigaria a realização de uma vistoria inicial do trecho de fibra, correspondente ao <i>backhaul</i>, e posteriormente nova vistoria da rede metropolitana. Por essa razão, informou que se busca uma solução que permita separar essas etapas, com o objetivo de viabilizar e agilizar o processo.

	Na sequência, a EAF esclareceu que a Infovia 02 e as adequações do PAC constituem projetos distintos, embora tenham sido vinculados no edital de chamamento do consórcio operador. Registrou-se que a Infovia 02, considerada isoladamente, já estava concluída em seus componentes subfluvial e metropolitano, enquanto permaneciam pendências relacionadas ao PAC. O Presidente do GAISPI manifestou preocupação com a manutenção dessa vinculação, especialmente em razão do prolongamento do custeio da infraestrutura já concluída, e ressaltou a necessidade de solução para a matéria. Em complemento, o Sr. Rorício Vasconcelos observou que o custo de manutenção posterior não estava previsto no orçamento inicial do projeto e que sua continuidade afetava diretamente o respectivo custo. Diante disso, o Presidente do GAISPI solicitou que o tema fosse tratado como prioritário, ressaltando a necessidade de solução para evitar questionamentos futuros. 2.3. Rede Privativa No tocante à Rede Privativa, a EAF informou avanços nas diferentes frentes do projeto, incluindo rede metropolitana, rede de acesso, gerência, pontos de presença, criptografia, Rede Móvel e modernização do backbone. Quanto à Rede Fixa, foi informado que os anéis metropolitanos se encontravam concluídos, à exceção de São Paulo, e que a rede de acesso estava finalizada na maior parte das capitais, permanecendo pendências em Cuiabá e Manaus. Aracaju foi mencionada como a primeira cidade com o sistema completo e já com ponto de acesso atendido. Foi apresentada, ainda, a programação de entrega da infraestrutura à Telebras em lotes sucessivos. O primeiro lote, previsto para outubro, contempla cinco cidades; os lotes subsequentes serão entregues entre novembro e dezembro. Foi esclarecido que a entrega envolve a conclusão integral das redes, a patrimonização dos equipamentos e sua transferência definitiva à Telebras. Para algumas localidades, permanecem necessários testes de interoperabilidade entre os equipamentos da Rede Privativa e os sistemas atualmente utilizados pela Telebras. Quanto à Rede Móvel, a EAF informou que a primeira fase se encontra finalizada, restando os procedimentos de aceitação. A segunda fase, relativa à Rede LTE, permanece em avaliação, inclusive em tratativas entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Justiça e Segurança Pública quanto ao custeio da rede e à definição de modelo de negócio que assegure sua sustentabilidade. Em relação à criptografia, foi informado que o procedimento anteriormente iniciado foi cancelado após a Telebras encaminhar atualização da demanda, com redução do quantitativo originalmente previsto de mais de seis mil pontos para aproximadamente 2.250 pontos. Diante da alteração, a EAF promoveu adequação das especificações e do orçamento e informou que uma nova RFP estava em fase final de validação técnica pela Telebras para posterior lançamento ao mercado. Quanto à modernização do backbone da Telebras, a EAF informou que a documentação para prosseguimento do processo havia sido elaborada e se encontrava em validação pela Telebras, com expectativa de posterior lançamento ao mercado. 2.4. Comunicação A EAF apresentou, inicialmente, proposta de criação de identidade específica para comunicação da Rede Privativa, denominada “Rede Estratégica de Comunicação”, elaborada a partir de solicitação formulada anteriormente pelo GT-REDE e destinada a ser utilizada nas futuras entregas do projeto. O Sr. Eduardo Takafashi de Alcantara questionou se a proposta seria submetida à deliberação do GAISPI, esclarecendo que estava tendo conhecimento do material naquele momento e que o Ministério das Comunicações precisaria avaliá-lo internamente. Foi esclarecido que a proposta estava sendo apresentada naquele momento apenas para conhecimento, sem deliberação imediata. O Presidente do GAISPI observou, contudo, que a matéria deveria ser apreciada antes das primeiras entregas da Rede Privativa. Sobre esse ponto levantado pelo representante do Ministério das Comunicações, o Coordenador do GT-REDE, Sr. Marcos Vieira Baeta Neves, sugeriu que a proposta fosse previamente apresentada ao Grupo Técnico, para conhecimento e eventual formulação de sugestões. Diante das manifestações, o Presidente do GAISPI informou que avaliaria, juntamente com a Secretaria Executiva, a possibilidade de adoção de mecanismo de deliberação por circulação para matérias dessa natureza, com o objetivo de conferir maior celeridade às decisões do Grupo sem necessidade de aguardar a reunião ordinária subsequente. Nesse momento, a Sra. Gina Marques Duarte interrompeu a apresentação para tratar de tema relacionado ao projeto PAIS, especificamente quanto à Infovia 02, consignado inicialmente nesta Ata.

	Retomando a apresentação, a EAF apresentou as principais ações de comunicação desenvolvidas ao longo das etapas A, B e C do Brasil Antenado. A EAF destacou que a estratégia exigiu forte regionalização e adaptação às características de cada localidade, tendo sido criada rede de correspondentes estaduais para ampliar a divulgação local. Entre as iniciativas realizadas, foram mencionadas a tradução de vídeo tutorial para sete línguas indígenas, a passagem da Caravana Brasil Antenado por aproximadamente 95% dos municípios, o cinema itinerante, com 216 sessões em 67 municípios, e o uso de lideranças e influenciadores locais para ampliar a confiança e o alcance da comunicação. Foi relatada conversão de até 58% em municípios alcançados pelas ações de mobilização. Para o período de agosto a novembro/2026, denominado internamente de “repescagem”, foi apresentada estratégia de comunicação para os 323 municípios atendidos, com intensificação das ações nos municípios com menores índices de adesão. A estratégia prevê combinação de mídia digital, rádio, televisão, carro de som, mobilização local, <i>minidoor</i> e Caravana Brasil Antenado, conforme o perfil de cada grupo de municípios. <u>2.5. Sustentabilidade</u> No bloco de sustentabilidade, a EAF fez referência ao Programa Mil Talentos, cuja implantação havia sido objeto de deliberação no início desta Reunião, informando que o projeto prevê mil vagas distribuídas em seis capitais ao longo de 24 meses, sendo 70% destinadas a cursos de curta duração e 30% a cursos técnicos de até aproximadamente 900 horas. A distribuição das vagas considerou o público estimado em cada região, com base em dados do IBGE. Também foram relatadas ações internas de engajamento realizadas nos meses de junho e julho, relacionadas à sustentabilidade, economia circular, resíduos eletrônicos e cooperativas, incluindo atividades com organizações apoiadas pela EAF, implantação de coleta seletiva nos escritórios e os resultados consolidados. Foi informado que, desde julho de 2026, a EAF passou a ser signatária do Pacto Global da ONU, estruturado em dez princípios vinculados aos pilares de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Como próximos passos, foram mencionados o ingresso no Movimento Biomas, ações relacionadas aos povos indígenas e aos resíduos eletrônicos e a estruturação de programa de voluntariado para os colaboradores da EAF. <u>2.6. Financeiro</u> Foi apresentado breve reporte financeiro da EAF, iniciando pelo fechamento do primeiro trimestre de 2026, com o detalhamento das receitas e despesas e sua comparação com o quarto trimestre de 2025. Informou que o superávit, correspondente aos resultados financeiros já descontados o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apresentou redução de aproximadamente 11%, decorrente principalmente do vencimento, em fevereiro, de cerca de R\$ 1,7 bilhão em aplicações financeiras. Explicou que, enquanto se aguardava a aprovação da nova política de aplicações financeiras, ocorrida ao final de março, os recursos foram aplicados em instrumentos de curto prazo, com rendimentos inferiores. Quanto às despesas operacionais, destacou aumento nas despesas de <i>marketing</i> e atendimento de <i>call center</i>, relacionado também à reclassificação de despesas anteriormente registradas na rubrica de tecnologia para linha específica. Em contrapartida, registrou redução nas despesas de tecnologia, nos serviços técnicos operacionais e nos serviços especializados, sendo esta última atribuída, em parte, à antecipação de pagamentos no trimestre anterior. Informou, ainda, que as despesas tributárias não apresentaram variação significativa em relação ao quarto trimestre de 2025. Na sequência, passou à apresentação do fluxo de caixa do primeiro trimestre. Prosseguindo, apresentou o balanço patrimonial, contemplando a posição ao final de 2025 e as aplicações financeiras existentes até março de 2026. Esclareceu que são contabilizados os saldos financeiros e os estoques e que, enquanto não ocorre a entrega das infovias e da Rede Privativa, os respectivos ativos permanecem registrados como estoque. Apresentou também as informações relativas ao passivo e aos encargos e despesas do primeiro trimestre. Foi apresentado ainda superávit acumulado, com a evolução das aplicações financeiras e seus rendimentos nos meses de janeiro, fevereiro e março, reiterando a redução em relação ao quarto trimestre em razão dos vencimentos das aplicações ocorridos em fevereiro. Apresentou, ainda, o resultado bruto e as despesas operacionais, discriminadas por linhas de custo, incluindo pessoal e armazenagem, concluindo, nesse ponto, a exposição relativa ao primeiro trimestre de 2026. Na sequência, passou às demonstrações financeiras de 2025 e respectivas notas explicativas, informando que haviam sido ratificadas pelo auditor externo independente. Quanto ao ativo circulante, esclareceu que compreende as aplicações financeiras e o caixa da EAF, no qual se mantém o menor montante possível, permanecendo os recursos aplicados, inclusive em instrumentos de curto prazo. Informou, então, que a principal variação decorreu da continuidade da execução dos projetos TVRO, Norte Conectado e Rede Privativa, que consumiram aproximadamente R\$ 976 milhões em recursos financeiros ao longo do exercício. Em contrapartida, registrou superávit de aproximadamente R\$ 370 milhões decorrente das aplicações financeiras, já considerados o Imposto de Renda e a CSLL.

	Em seguida, registrou aumento de aproximadamente R\$ 335 milhões, relacionado à execução dos projetos, especialmente à aquisição de equipamentos do Norte Conectado e da Rede Privativa. Reiterou que esses ativos permanecem contabilizados como estoque enquanto não são entregues aos respectivos destinatários, sendo os valores baixados à medida que as entregas são realizadas. Ao tratar da nota explicativa relativa aos fornecedores, informou que a principal variação decorreu da redução dos respectivos saldos. Explicou que, em 2024, o ritmo de instalações do TVRO havia sido significativamente superior ao observado em 2025 e mencionou o montante de aproximadamente R\$ 85,178 milhões relacionado ao TVRO, esclarecendo tratar-se de custeio. Acrescentou que a variação apresentada na linha seguinte também estava associada à redução do ritmo de instalações do programa ao longo de 2025. Na sequência, informou que o superávit de 2025 apresentou aumento de aproximadamente R\$ 370 milhões, correspondente ao resultado apurado com as aplicações financeiras realizadas durante o exercício, sem diferença significativa em relação aos anos anteriores. Ao apresentar a demonstração do superávit, informou que a principal variação do resultado decorreu da redução do ritmo de execução do TVRO. A receita líquida apresentou redução de aproximadamente R\$ 1,94 bilhão, em razão do menor número de instalações realizadas no período, acompanhada de redução dos custos e despesas diretamente relacionados à prestação dos serviços. Apesar da menor atividade operacional, informou que o superávit financeiro permaneceu estável. Como referência à redução do ritmo de execução, registrou que o TVRO atendeu aproximadamente 2,9 milhões de beneficiários em 2024, enquanto, em 2025, o atendimento alcançou cerca de 521 mil beneficiários. Por fim, apresentou a posição das aplicações financeiras em relação ao exercício anterior, informando que a EAF encerrou 2025 com valor bruto de aproximadamente R\$ 3,963 bilhões, além de outros ativos relacionados, basicamente, a serviços ainda a serem realizados. Quanto aos passivos com fornecedores, esclareceu que determinados valores foram reconhecidos contabilmente pelo regime de competência, embora sua realização devesse ocorrer em momento posterior. <u>2.7. Apresentação preliminar de projeto de Data Center</u> Antes do início da apresentação, o Presidente do GAISPI esclareceu que a proposta estava sendo apresentada pela primeira vez ao Grupo e que o objetivo, naquele momento, era conhecer e avaliar a ideia, e não aprovar o projeto como projeto adicional. Ressaltou que eventual avanço dependeria de etapa posterior, com realização de estudo que fundamentasse a proposta sob os aspectos econômico-financeiro e de adequação à política pública e aos instrumentos aplicáveis. Na sequência, a EAF apresentou proposta de implementação de data center preparado para inteligência artificial, inserido no contexto de uma infraestrutura digital soberana, com capacidade para processar dados sensíveis, operar modelos de inteligência artificial próprios do Governo Federal e hospedar serviços críticos de apoio à transformação digital governamental. Informou que a proposta decorreu da identificação da dependência de infraestruturas privadas, muitas delas localizadas fora do território nacional, para processamento de dados sensíveis e utilização de soluções de inteligência artificial, buscando-se, assim, criar capacidade soberana, com controle e governança sobre esses dados e sobre os modelos utilizados pelo Governo. A EAF contextualizou que países, governos e grandes empresas vêm investindo em infraestruturas próprias para inteligência artificial, destacando como elementos relevantes a capacidade computacional de alta performance, inclusive mediante utilização de GPUs, a disponibilidade de energia para suportar arquiteturas de alta densidade, a conectividade resiliente, de alta performance e baixa latência, e a governança e proteção dos dados sensíveis. Nesse contexto, associou o conceito de soberania digital à capacidade de processar, proteger e manter sob controle nacional dados críticos do Governo, operar localmente modelos de inteligência artificial e dispor de ambiente de nuvem soberana, com maior autonomia estratégica e resiliência. Foram apresentados três cenários possíveis para implantação da infraestrutura. O primeiro considerou o aproveitamento de infraestrutura existente da Telebras; o segundo, a aquisição de um data center já existente para posterior instalação e adequação da infraestrutura de TI; e o terceiro, a aquisição de terreno e implantação de um data center modular em modelo <i>greenfield</i>. Quanto ao primeiro cenário, foi apontada como principal limitação a disponibilidade de energia, que poderia exigir solução de cogeração. Em relação à aquisição de data center existente, destacou-se a provável necessidade de <i>retrofit</i> para adequação às cargas de inteligência artificial. A EAF indicou, preliminarmente, preferência pelo terceiro cenário — terreno e data center modular — em razão, especialmente, da padronização, do menor tempo de implementação, da possibilidade de expansão e do equilíbrio entre os investimentos em infraestrutura física e tecnologia. A apresentação da EAF também destacou que a disponibilidade imediata de energia constitui fator determinante para prazo, orçamento e possibilidade de expansão da solução. Durante a exposição desse cenário, o Presidente do GAISPI relatou, a partir de sua experiência anterior na Telebras, dificuldades operacionais relacionadas ao acesso e à utilização de determinadas infraestruturas. Em resposta, foi esclarecido que a implantação em terreno próprio buscaria justamente conferir maior liberdade de acesso e de realização de melhorias e expansões. A EAF informou que já vinha realizando <i>site survey</i> para identificação de áreas viáveis, considerando, entre os requisitos, disponibilidade de energia de até 10 MW, água para resfriamento dos servidores e acesso a <i>backbone</i> de alta capacidade e baixa latência. o

	Presidente do GAISPI também mencionou a possibilidade de obtenção de terreno mediante disponibilização por entes estaduais e a avaliação de localização da infraestrutura nas regiões Norte ou Nordeste, considerando a concentração já existente de data centers na Região Sudeste. Prosseguindo, a EAF explicou que o data center modular seria uma solução de construção industrializada, integrando, de forma compacta, conectividade com redes externas e <i>backbone</i>, processamento, armazenamento, rede, energia e climatização. Esclareceu que a referência a “contêiner” não correspondia propriamente a um contêiner marítimo, mas a uma estrutura industrializada que poderia chegar ao local de instalação praticamente pronta, testada e comissionada. Informou que já haviam sido realizadas aproximações com fornecedores e visitas técnicas a fábricas para avaliação das soluções, destacando tratar-se de arquitetura madura e já utilizada inclusive por órgãos públicos e grandes empresas de tecnologia. Na sequência, foram apresentados possíveis casos de uso da infraestrutura pelo Governo Federal, entre os quais o desenvolvimento de modelo de linguagem – LLM soberano; soluções de consulta, mediante inteligência artificial, a grandes volumes de documentos; digitalização e tratamento de documentos; aplicações de cibersegurança; computação de alta performance para atividades como simulações climáticas e pesquisas; e aplicações na área jurídica. Como benefícios institucionais, foram destacados, para o Governo Federal, a disponibilidade de infraestrutura soberana de inteligência artificial e maior segurança informacional; para a Anatel, o fortalecimento do legado estratégico das obrigações decorrentes do Edital do 5G; e, para a sociedade, a possibilidade de oferta de serviços públicos mais eficientes, seguros e inteligentes. A EAF apresentou visão macro do plano de execução, com perspectiva de implantação acelerada e primeira ativação em até seis meses. A proposta contempla inicialmente a ativação de infraestrutura de TI convencional e <i>co-location</i> e, progressivamente, a infraestrutura específica para inteligência artificial, inclusive servidores GPU, com alta demanda no mercado internacional. Adicionalmente ao data center central, a EAF informou ter realizado avaliação preliminar sobre a possibilidade de utilização dos POPs da Telebras em uma arquitetura <i>edge</i>, com o objetivo de aproximar parte da capacidade computacional dos consumidores dos serviços. Foi informado que a Telebras dispõe de aproximadamente 32 mil quilômetros de rede de fibra, dos quais cerca de 30 mil quilômetros correspondem a infraestrutura de terceiros e 2 mil quilômetros a infraestrutura própria, além de aproximadamente 300 estações/POPs em operação, localizados em <i>backbones</i> metropolitanos, terminais remotos e repetidores ao longo dos <i>backbones</i>. Durante a exposição, foi esclarecido que muitos desses POPs se encontram instalados em áreas de subestações de energia e em contêineres de telecomunicações, mediante cessão de uso, não sendo os terrenos de propriedade da Telebras. Registrou-se, assim, que eventuais intervenções, ampliações ou melhorias poderiam depender de negociação com as concessionárias responsáveis pelos locais. A avaliação preliminar da EAF foi de que o conceito de <i>Data Edge</i> é tecnicamente viável e compatível com o projeto, mas demanda estudos adicionais, uma vez que os POPs existentes foram projetados para telecomunicações, e não para operação como data centers. Nesse contexto, a EAF apresentou como arquitetura preliminar a manutenção de um nó central, denominado “fábrica de inteligência artificial”, no qual ficariam concentradas as atividades de processamento e treinamento dos modelos de IA, com distribuição para os pontos de borda dos serviços de inferência — em síntese, treinamento concentrado e inferência distribuída. Ao concluir a apresentação, a EAF recomendou o aprofundamento dos estudos técnicos e financeiros da arquitetura proposta, inclusive quanto às adequações necessárias nos POPs para eventual utilização como <i>edge</i>. Foram apontadas como matérias a serem aprofundadas, entre outras, disponibilidade e redundância de energia, sistemas de alimentação ininterrupta e geração de emergência, refrigeração para racks de alta densidade, segurança, conectividade, adequação física dos locais e questões relativas ao acesso aos sítios. Ao final, o Presidente do GAISPI propôs que a EAF aprofundasse os estudos técnicos e financeiros sobre a iniciativa. Informou que seria avaliada, juntamente com a Secretaria-Executiva e os demais membros, a conveniência de criação de GT específico para o <i>data center</i> ou de um GT de Projetos Adicionais, que pudesse acompanhar também outras iniciativas dessa natureza. O Secretário Executivo do GAISPI recordou que, historicamente, projetos adicionais foram discutidos em GT específico, permitindo a participação e o debate entre os membros. O Presidente do GAISPI concordou e ressaltou a importância de que a EAF e o Grupo Técnico interajam durante a elaboração do estudo, para que a matéria retorne ao GAISPI já suficientemente discutida e fundamentada. Encerrado relato, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se haveria algum comentário em relação ao que foi apresentado pela EAF. Não havendo manifestações, foi declarada aprovada a realização, pela EAF, de estudos acerca da proposta de projeto adicional de <i>data center</i>, cujos resultados deverão ser posteriormente submetidos ao GAISPI para análise e eventual deliberação. Ficou também registrada a avaliação quanto à eventual criação de GT destinado ao acompanhamento de projetos adicionais.

	Ato contínuo, passou-se para o item 3 da Pauta.
3	Ao introduzir o item, o Presidente do GAISPI solicitou ao Sr. Wilson Diniz Wellisch que contextualizasse as discussões em andamento relacionadas à TV 3.0. O Sr. Wilson Diniz Wellisch informou que vinha sendo avaliada, em articulação com a Anatel, o setor e a EAF, a possibilidade de utilização de parte dos recursos remanescentes para dois projetos específicos relacionados à implantação da TV 3.0. O primeiro refere-se à eventual criação de infraestrutura destinada a dar suporte à plataforma comum de governo digital da TV 3.0. Esclareceu que já existem recursos destinados ao desenvolvimento da plataforma, mas que ainda permanece a necessidade de definição da infraestrutura de <i>hardware</i> necessária ao seu funcionamento. Nesse sentido, informou que a proposta seria estudar a possibilidade de estruturação, no âmbito do GAISPI, de projeto para implantação dessa infraestrutura e sua posterior disponibilização ao Governo Federal. A segunda frente refere-se à possibilidade de distribuição de conversores para recepção da TV 3.0. Informou que a implantação da nova tecnologia se encontra ainda em fase experimental em algumas cidades e que a distribuição de conversores à parcela mais carente da população poderia contribuir para acelerar sua adoção. Acrescentou que uma aquisição em maior escala também poderia produzir efeitos sobre o custo dos equipamentos. Ressaltou que, naquele momento, a proposta consistia em aprofundar os estudos sobre custos, quantitativos e demais aspectos envolvidos, bem como avaliar a aderência das iniciativas às competências do GAISPI. Na sequência, o Presidente do GAISPI esclareceu que a discussão sobre o tema não era nova e já vinha ocorrendo no âmbito do Ministério das Comunicações. Destacou, ainda, o contexto do período eleitoral e a necessidade de considerar eventuais limitações decorrentes desse cenário. Ressaltou que o GAISPI possui competência, nos termos dos instrumentos que disciplinam sua atuação e a da EAF, para propor projetos adicionais e que a intenção de incluir o assunto na pauta era justamente permitir o avanço da análise, sem que isso representasse, naquele momento, aprovação da implantação de qualquer projeto adicional. O Presidente do GAISPI esclareceu ainda que a proposta consistia em determinar à EAF a realização dos estudos necessários acerca da TV 3.0, com posterior interlocução com o setor de radiodifusão, o Ministério das Comunicações e demais envolvidos, incluindo a avaliação dos critérios técnicos pertinentes. Destacou que, concluídos os estudos, a matéria deverá retornar ao GAISPI para nova apreciação, oportunidade em que será avaliada a viabilidade de eventual projeto adicional e os demais encaminhamentos necessários. Nesse sentido, reiterou que a deliberação submetida ao Grupo naquela reunião se restringia à realização de estudos relacionados à TV 3.0. Aberta a palavra aos membros, o Sr. Cristiano Flôres manifestou concordância com a proposta. Informou que a iniciativa relacionada à distribuição de kits havia sido apresentada conjuntamente por entidades do setor de radiodifusão ainda em novembro de 2025, com o objetivo de contribuir para acelerar a implantação da TV 3.0 e ampliar o acesso da população de menor renda à nova tecnologia. Ressaltou que se trata de projeto complexo, em razão das demandas relacionadas à logística, aos estudos técnicos e aos procedimentos de contratação, e avaliou positivamente a possibilidade de avançar nos estudos durante o período eleitoral. Em sua avaliação, esse trabalho poderá conferir maior celeridade à análise posterior da viabilidade de transformação da iniciativa em projeto adicional, com benefícios para a população, especialmente a de menor renda, e para o setor de radiodifusão. Não havendo outras manifestações, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se estariam todos de acordo com a proposta de encaminhamento de estudo sobre a evolução da TV 3.0 pelo GAISPI. Diante do consenso, ficou aprovada a realização, pela EAF, dos estudos relativos à proposta de projeto adicional de data center. Foi consignado que seria avaliada, se necessária, a criação de GT de Projetos para conhecimento e participação dos membros. Ato contínuo, passou-se para o item 4 da Pauta.
4	Ao introduzir o item, o Presidente do GAISPI contextualizou que a elaboração de regulamentações para disciplinar a atuação do Grupo já vinha sendo considerada há algum tempo, tendo em vista as competências do GAISPI para fiscalizar e estabelecer diretrizes e parâmetros relacionados à atuação da EAF. Informou que aguardava, contudo, a realização de reunião com o Ministro Antônio Anastasia, do Tribunal de Contas da União (TCU), ocasião em que o tema foi amplamente discutido. Relatou que, naquela oportunidade, expôs sua preocupação, na qualidade de Presidente do GAISPI, com os questionamentos externos que vêm sendo dirigidos à EAF e ao próprio Grupo, inclusive por órgãos de controle e pela imprensa, circunstância que vem demandando significativo esforço para atendimento de requisições e esclarecimentos. Nesse contexto, destacou a natureza <i>sui generis</i> da EAF e a inexistência de legislação ou regramento específico que discipline de forma exaustiva sua atuação. Observou que essa ausência de referencial tem permitido interpretações distintas acerca do regime jurídico aplicável à entidade, inclusive quanto às suas

	contratações. Como exemplo, mencionou demanda recebida no sentido de aplicação do regime de licitações às contratações da EAF e recordou que o modelo que deu origem à EAD e, posteriormente, à EAF foi concebido com o propósito de conferir maior efetividade, eficiência e celeridade à execução das obrigações. Ressaltou que, na ausência de parâmetros previamente estabelecidos, diferentes referências normativas acabam sendo suscitadas, gerando insegurança quanto ao regime aplicável. O Presidente do GAISPI destacou, ainda, que a EAF já dispõe de política de contratação, inclusive revisada pela atual gestão, mas considerou necessário estabelecer parâmetros mais claros que possam servir de referência para sua atuação e para a análise por terceiros. Segundo ressaltou, a existência de um regulamento permitiria explicitar as balizas adotadas pelo GAISPI e pela EAF, reduzindo o espaço para interpretações divergentes. Relatou que apresentou essa preocupação ao Ministro Antônio Anastasia, que recebeu positivamente a iniciativa de criação de parâmetros. Registrou que, em sua manifestação ao Ministro, destacou também que eventual entendimento distinto do TCU poderia ser formalizado mediante recomendação, permitindo o ajuste das regras adotadas. Na sequência, esclareceu que estavam sendo elaborados dois instrumentos distintos. O primeiro, o Regulamento de Fiscalização, já vinha sendo discutido internamente há mais tempo e teria caráter predominantemente voltado à própria atuação do GAISPI, com o objetivo de deixar mais clara a forma pela qual o Grupo exercerá suas competências de acompanhamento e fiscalização. O segundo instrumento, relativo às diretrizes para as contratações da EAF, teria caráter parametral, cabendo ao GAISPI estabelecer as diretrizes gerais e um referencial para que a própria EAF revisasse sua política de contratação. Concluída a contextualização, o Presidente do GAISPI informou que o primeiro tema a ser submetido à discussão seria o Regulamento de Fiscalização e solicitou ao Secretário Executivo do GAISPI que apresentasse as considerações recebidas sobre a proposta. O Secretário Executivo do GAISPI informou que, em relação ao Regulamento de Fiscalização, havia sido recebida, nas conversas com as prestadoras, uma única ponderação referente ao dispositivo que tratava dos associados da EAF e dos membros estatutários. Esclareceu que algumas prestadoras presentes haviam chamado atenção para a redação desse ponto e sugerido ajuste para que a referência alcançasse apenas os membros estatutários. Na sequência, abriu espaço para manifestação dos representantes das prestadoras sobre a sugestão apresentada. O Sr. Marcelo Mejias parabenizou a iniciativa e a forma de estruturação do Regulamento de Fiscalização, que considerou didática e assertiva. Informou que sua contribuição, também discutida brevemente com outros associados, tinha caráter essencialmente semântico. Nesse sentido, em relação aos dispositivos que tratavam dos órgãos internos da EAF responsáveis pela prática dos atos de gestão, sugeriu que fosse utilizada a expressão “órgãos internos decisórios”, por entender que essa formulação refletiria melhor a estrutura e a competência de gestão da entidade. O Presidente do GAISPI acolheu a sugestão apresentada pelo Sr. Marcelo Mejias e informou que o ajuste seria incorporado à versão final do Regulamento de Fiscalização. Acrescentou que as considerações já haviam sido previamente analisadas e que havia manifestado concordância com a proposta. Ato contínuo, questionou os demais membros quanto à existência de outras considerações sobre o Regulamento de Fiscalização. Não havendo manifestações adicionais e diante do consenso, o Regulamento de Fiscalização foi aprovado com os ajustes redacionais acolhidos durante a Reunião, quanto ao art. 3º, inciso III, para substituir a expressão “órgãos internos da EAF” por “órgãos estatutários da EAF”, e quanto ao art. 4º, parágrafo único, para substituir a expressão “órgãos estatutários da EAF” por “órgãos estatutários e decisórios da EAF”, ficando a Secretaria-Executiva responsável por consolidar as alterações e circular a nova versão aos membros do GAISPI. Ato contínuo, passou-se para o item 5 da Pauta.
5	Ao iniciar o item, o Presidente do GAISPI reconheceu que a proposta havia suscitado diversos comentários e informou que a matéria não seria deliberada nesta Reunião, mas deveria retornar para deliberação, no máximo, na Reunião seguinte. Com o objetivo de contextualizar a proposta, explicou que, na busca por referenciais aplicáveis à EAF, havia discutido o tema com o Ministro Antônio Anastasia, do TCU. Relatou que apresentou como referência o regime aplicável às organizações sociais, em relação às quais, segundo destacou, o órgão público que transfere os recursos não realiza controle de legalidade sobre cada contratação, mas exerce controle finalístico sobre o atendimento dos objetivos estabelecidos. O Presidente do GAISPI afirmou enxergar lógica semelhante na relação entre o GAISPI e a EAF, uma vez que não cabe ao Grupo aprovar ou examinar individualmente os contratos celebrados pela entidade, mas estabelecer diretrizes e exercer controle finalístico quanto ao cumprimento das obrigações previstas no Edital do 5G e, quando for o caso, das especificações dos projetos adicionais aprovados. Informou que essa compreensão foi apresentada ao Ministro Antônio Anastasia, que considerou a referência pertinente.

	Esclareceu, assim, que o Regulamento Parametral de Diretrizes foi construído utilizando, em grande medida, o regime das organizações sociais como referência. Ressaltou, contudo, que a natureza da EAF apresenta particularidades não integralmente contempladas por esse regime, razão pela qual foram buscados outros referenciais para aspectos específicos. Nesse sentido, informou que, para as hipóteses de contratação direta, por dispensa e inexigibilidade, a proposta buscou inspiração na Lei das Estatais, mencionando a experiência de empresas estatais que adotam procedimentos como RFQ, RFP e formas simplificadas de contratação, mas inseridas em arcabouço jurídico que estabelece os respectivos fundamentos e hipóteses de contratação direta. Acrescentou que também foram utilizadas referências do Sistema S. Sintetizou que, quanto ao grau de aderência considerado na elaboração da proposta, a principal referência foram as organizações sociais, seguida pelo Sistema S e, em aspectos específicos, pelo regime das empresas estatais. A partir desses referenciais, caberia ao GAISPI estabelecer os parâmetros e diretrizes gerais e, posteriormente, à EAF revisar sua própria política de contratação da forma que entendesse adequada, observadas as balizas fixadas pelo Grupo. Ressaltou que essa sistemática permitiria preservar as atribuições de cada instância: ao GAISPI caberia estabelecer as diretrizes e exercer o controle finalístico, enquanto à EAF competiria disciplinar e executar suas contratações, com base nos parâmetros definidos. Destacou, ainda, que a existência dessas regras proporcionaria referência objetiva para a atuação dos órgãos de controle e para a verificação do cumprimento das diretrizes estabelecidas. Por fim, considerando que a matéria não seria deliberada naquela oportunidade, o Presidente do GAISPI propôs que os participantes apresentassem, de forma objetiva, suas considerações sobre a minuta, de modo a identificar previamente os pontos que demandariam ajustes e permitir o amadurecimento da proposta antes da reunião seguinte. Para organizar o debate, sugeriu que as manifestações fossem iniciadas pelos representantes do mercado — operadoras e radiodifusores — e, posteriormente, pela EAF. Aberta a discussão, o Sr. Marcelo Mejias destacou, inicialmente, como ponto de atenção, o rito previsto para as contratações, que considerou coerente e adequado, ponderando sobre a conveniência de sua adoção como regra para as contratações da EAF. Mencionou, ainda, a necessidade de estarem claramente definidas as hipóteses e condições aplicáveis às contratações emergenciais ou excepcionais, inclusive quanto à respectiva documentação, observando que esse tema lhe parecia já estar amadurecido no âmbito da entidade. Em relação ao art. 14, chamou atenção para sua vinculação às medidas de prevenção a conflitos de interesse. Nesse contexto, fez referência às ações implementadas pelo GAISPI nos últimos meses para prevenção desse tipo de situação e, considerando os resultados alcançados, ponderou sobre a conveniência de que fossem observadas condições equivalentes no âmbito da EAF. O Presidente do GAISPI esclareceu que esse aspecto havia sido objeto de discussão durante a elaboração da proposta. Informou que chegou a ser considerada a possibilidade de vedação dessas contratações em razão de potenciais conflitos de interesses, mas que se optou, na minuta apresentada, pela previsão de um regime reforçado, com exigências adicionais de governança e transparência. Registrou, contudo, que o tema poderia ser reavaliado à luz das contribuições apresentadas. O Sr. Marcelo Mejias acrescentou, como sugestão, que, embora os associados não fossem necessariamente partes relacionadas, a experiência empresarial contempla situações de contratação envolvendo partes relacionadas, nas quais são usualmente adotados cuidados adicionais para sua aprovação específica, mencionando, como exemplo, a possibilidade de apresentação de <i>fairness opinion</i> ou instrumento semelhante. Ponderou que a questão mereceria atenção especialmente porque, em projetos futuros, os associados poderão ter interesse em participar das contratações, razão pela qual considerou não ser muito saudável que tenham que evidenciar uma excepcionalidade. Por fim, ressaltou o caráter contributivo das ponderações, com o objetivo de aprimorar a proposta de regulamento. Na sequência, o Sr. Cristiano Flôres elogiou a iniciativa, destacando que medidas destinadas ao aprimoramento da governança são bem-vindas. Observou que, além das questões suscitadas pelo TCU, o GAISPI ingressa em uma nova fase, marcada pelo rearranjo de sua governança, pelo reposicionamento das prestadoras de telecomunicações e pelo desenvolvimento de novos projetos, os quais, nos termos do Edital, devem ser compatíveis com os compromissos de abrangência. Ressaltou que esse cenário torna a gestão mais complexa, por envolver projetos que não necessariamente possuem previsão concreta no Edital. Nesse contexto, considerou positiva a iniciativa de aprimoramento da governança e importante a ampliação do prazo para análise da proposta. Reconheceu a necessidade de que esse aprimoramento seja realizado com celeridade, mas ponderou que, como a matéria não havia sido previamente discutida em Grupo de Trabalho e foi encaminhada em prazo reduzido para avaliação da ABERT, que representa um conjunto de emissoras, o prazo adicional permitiria uma análise mais aprofundada e a apresentação de contribuições, inclusive com vistas à aderência ao Edital. Acrescentou que a EAF deve dispor de clareza quanto à sua autonomia e aos limites de sua atuação, cabendo ao GAISPI, no âmbito de suas atribuições e da forma de exercício de sua supervisão, coordenar e contribuir para o estabelecimento das diretrizes. Ressaltou que esse arranjo deve proporcionar segurança aos envolvidos e contribuir para que os projetos sejam conduzidos com integridade e em consonância com as necessidades da população. Por fim, reiterou o apoio à iniciativa e informou que a ABERT apresentaria suas contribuições dentro do prazo estabelecido para a posterior deliberação da matéria.

	O Sr. Samir Nobre registrou, inicialmente, sua avaliação de que o sucesso da política pública implementada desde a EAD e, posteriormente, pela EAF seria evidenciado pelo fato de o GAISPI já estar discutindo estudos preliminares de projetos adicionais. Segundo destacou, isso demonstraria que as obrigações e políticas estabelecidas no Edital foram implementadas de forma bem-sucedida, possibilitando a existência de saldo para a discussão de novos projetos. Manifestou, ainda, solidariedade ao Presidente diante das matérias veiculadas na imprensa, que, em sua avaliação, decorreriam do desconhecimento da política pública. Observou que, no âmbito da EAD e do GIREL, teriam ocorrido menos questionamentos, possivelmente em razão do menor escopo, enquanto o Edital do 5G, o GAISPI e as novas políticas públicas ampliaram a dimensão das iniciativas e, conseqüentemente, a possibilidade de surgimento de dúvidas. Ressaltou ter tranquilidade quanto às deliberações adotadas e às diretrizes de políticas públicas estabelecidas no âmbito do GAISPI, bem como quanto à forma de contratação da EAF, destacando novamente que a existência de saldo que permite a discussão de projetos adicionais corroboraria, em sua avaliação, o êxito da execução. Por fim, informou que a Abratel apresentaria contribuições por escrito com vistas ao aprimoramento e à maior eficiência do regulamento de contratação. Avaliou que o estabelecimento dessas regras contribuiria para dirimir eventuais dúvidas, inclusive perante o TCU, e reiterou que a execução das obrigações originalmente previstas no Edital, concomitantemente à discussão de novos projetos adicionais, demonstraria as boas práticas adotadas ao longo da atuação do GAISPI. Não havendo manifestações adicionais, o Presidente do GAISPI esclareceu que a proposta de regulamentação não tinha por objetivo promover ruptura ou revisão dos atos e procedimentos adotados anteriormente. Relatou que, desde que assumiu a Presidência do Grupo, vinha acompanhando sua atuação e que o aumento dos questionamentos dirigidos ao GAISPI e à EAF evidenciou, em sua avaliação, a necessidade de estabelecer balizas mais claras para a atuação da entidade. Nesse contexto, ressaltou que a ausência de um referencial normativo específico poderia dar margem a questionamentos recorrentes, inclusive por participantes que não obtivessem êxito em procedimentos de contratação da EAF, com eventual provocação dos órgãos de controle. A finalidade do regulamento seria, portanto, estabelecer parâmetros que permitissem identificar com clareza o regime e as diretrizes aplicáveis às contratações da entidade. O Presidente do GAISPI reforçou, ainda, a distinção entre as atribuições da EAF e do GAISPI: à EAF cabem a gestão, a contratação e a execução, enquanto ao GAISPI cabe o controle finalístico, destacando que essas funções estariam sendo, por vezes, confundidas. Relatou ter abordado essa questão em reunião com o Ministro Antônio Anastasia e mencionado, naquela oportunidade, a estrutura disponível na Anatel para o exercício do controle finalístico, ponderando que eventual necessidade de reforço dessa estrutura poderia ser posteriormente avaliada, mas que não haveria, naquele momento, condições para o exercício do nível de controle que vinha sendo suscitado. Reiterou que a iniciativa não buscava desconstruir o trabalho anteriormente realizado, que considerou bem executado. Recordou que, na reunião com o Ministro do TCU, foram apresentadas as entregas realizadas no âmbito dos projetos, com o objetivo de demonstrar o cumprimento das atribuições do GAISPI e contextualizar também as dificuldades verificadas durante a execução. Acrescentou que a frequência dos questionamentos e das demandas de auditoria reforçava a conveniência de adoção de medidas que estabelecessem parâmetros mais claros para a atuação do GAISPI e da EAF. Destacou que essa providência se tornaria ainda mais relevante diante das futuras contratações relacionadas aos projetos adicionais e a outras iniciativas necessárias à execução das obrigações, de modo a permitir resposta objetiva a eventuais questionamentos e, ao mesmo tempo, evitar que controvérsias acerca do regime aplicável viessem a comprometer ou atrasar a execução dos projetos. Nesse sentido, esclareceu aos membros que a finalidade da proposta era aprimorar a governança e estabelecer balizas que conferissem maior segurança à atuação do GAISPI, e não promover revisão de atos anteriormente praticados. Quanto ao encaminhamento da matéria, o Presidente do GAISPI informou que seria estabelecido prazo para o recebimento das contribuições dos participantes, seguido de período para sua análise interna, de modo que, na reunião seguinte, fossem apresentados os pontos acolhidos ou não, com as respectivas motivações. Após discussão sobre o cronograma, ficou indicado o prazo de 11 de setembro para apresentação das contribuições, correspondente a sete dias de antecedência em relação à reunião seguinte, prevista para o dia 18 de setembro. O Presidente do GAISPI registrou que os participantes disporiam de aproximadamente um mês para encaminhar suas manifestações e que haveria, posteriormente, sete dias para análise das contribuições. Ao final, o Presidente do GAISPI declarou que fica adiada a deliberação sobre o Regulamento Parametral de Contratações para a próxima reunião do GAISPI, aguardando-se as contribuições dos participantes. O Secretário-Executivo registrou, assim, a retirada do item de pauta para deliberação, esclarecendo que as contribuições recebidas seriam consolidadas para reapresentação da matéria, nos prazos fixados nesta Reunião. Ato contínuo, passou-se para o item 6 da Pauta.

6	O Coordenador do GT-REDE, Sr. Marcos Vieira Baeta Neves informou que a apresentação realizada pela EAF já havia contemplado os principais avanços da Rede Privativa. Quanto à Rede Móvel, registrou que o projeto se encontra em estágio avançado, com a entrega da integração e em fase final de definição do plano de negócios e dos pontos relacionados à solução LTE. Em relação à Rede Fixa, destacou o avanço do projeto e o início das entregas das primeiras cidades. Como ponto adicional, informou que se encontra em fase final de elaboração a Portaria de Diretrizes para Transferência da Infraestrutura. Esclareceu que a matéria deverá ser inicialmente alinhada no âmbito do GT-REDE e, posteriormente, submetida ao GAISPI, com expectativa de apresentação para aprovação na reunião seguinte ou, no máximo, na subsequente. O Coordenador do GT-REDE destacou também o Acordo de Cooperação Técnica – ACT com a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Informou que o primeiro ACT foi encerrado por decurso de prazo e que o respectivo relatório de finalização já havia sido assinado, estando em andamento a coleta das assinaturas do Ministério das Comunicações e da própria ABIN. Acrescentou, por fim, que o próximo ACT terá como foco principal o embarque efetivo do algoritmo nos encriptadores, após sua aquisição pela EAF, além de outras ações correlatas. Encerrado o relato, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se haveria comentários em relação ao GT-REDE. Não havendo manifestações, passou-se ao item 7 da Pauta.
7	Inicialmente, o Coordenador do GT-MIGRAÇÃO, Sr. Takeshi Ikeda, compartilhou com os membros uma apresentação detalhada do informe sobre as atividades em andamento, anexa à presente Ata. Ato contínuo, informou que o Grupo Técnico realizou sua 28ª reunião em 9 de julho de 2026, ocasião em que foram tratados os resultados da Fase Extra TVRO concluída. Registrou o total de 257.564 instalações realizadas nessa fase e o estoque remanescente de aproximadamente 109 mil kits. Quanto às etapas da Fase Extra, informou que foram realizadas aproximadamente 73 mil instalações na Etapa A, 83,4 mil na Etapa B e mais de 101 mil na Etapa C. Relatou, ainda, o acompanhamento da assistência técnica, com 777 solicitações de reparo registradas até aquele momento. Em relação aos casos considerados improdutivos, informou que foram contabilizados 206 casos, dos quais 83 foram posteriormente revertidos, permanecendo saldo de 123 casos. Destacou também a capacitação das equipes técnicas envolvidas na execução dessa fase, com a formação de 1.036 profissionais em 16 unidades da Federação. Por fim, esclareceu que o GT-MIGRAÇÃO continuará acompanhando os próximos passos do programa, denominados de “repescagem”, com o objetivo de monitorar a evolução das instalações. Encerrado o relato, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se haveria comentários em relação ao GT-MIGRAÇÃO. Não havendo manifestações, passou-se ao item 8 da Pauta.
8	O Coordenador do GT-PAIS, Sr. Sidney Azeredo Nince, informou que concentraria seu relato nas principais entregas ocorridas desde a reunião anterior, de forma a evitar repetição das informações já apresentadas pela EAF. Destacou a conclusão do lançamento da primeira etapa da Infovia 05, correspondente a 428 quilômetros entre Autazes e Manicoré. Informou que permanecem pendentes 456 quilômetros de rede subaquática e 210 quilômetros de rede terrestre ao longo da rodovia. Esclareceu que a divisão da execução da Infovia 05 em etapas decorreu das condições estabelecidas para o lançamento pela Marinha e pelo DNIT, em razão dos projetos de dragagem ao longo da hidrovia do Rio Madeira. Informou, ainda, que foram definidos os pontos de atendimento nos 6 municípios e 2 localidades abrangidos pela Infovia 05, totalizando 107 pontos de atendimento, sendo 80 escolas, de modo que, na sequência, comunicarão ao GAPE a relação dessas escolas beneficiadas pelo projeto, para adoção das providências pertinentes e avaliação de eventuais projetos adicionais que se mostrem necessários. Por fim, destacou a conclusão do trecho terrestre das adequações do PAC entre Novo Airão e Manacapuru.

	Encerrado o relato, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se haveria comentários em relação ao GT-PAIS . Não havendo manifestações, passou-se ao item 9 da Pauta.
9	O Coordenador do GT-F, Sr. Edgar Barbosa de Souza informou que o Grupo Técnico vem acompanhando a situação econômico-financeira da EAF e a execução dos recursos destinados ao cumprimento das obrigações previstas no Edital do 5G. Relatou que o GT-F se reuniu em 24 de julho de 2026, ocasião em que foi apresentado, de forma detalhada, o relatório da auditoria externa referente ao exercício de 2025. Informou que o relatório mostrou como as demonstrações financeiras da EAF foram auditadas e que o respectivo parecer não apresentou ressalvas, tendo o relatório já sido apreciado pelo Conselho Fiscal da entidade. Na mesma reunião, foi apresentado o relatório econômico-financeiro referente ao primeiro trimestre de 2026. Segundo o Coordenador, a avaliação do GT-F é de que, naquele momento, não havia indicativo de insuficiência de recursos para o cumprimento das obrigações previstas no Edital do 5G. Ressaltou, por fim, que permanece como prioridade do Grupo Técnico o acompanhamento da aplicação desses recursos e a verificação de que continuem sendo convertidos em entregas efetivas para a sociedade. Encerrado o relato, o Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se haveria comentários em relação ao GT-F. A Sra. Gina Marques Duarte questionou se poderia ser agendada uma reunião para apresentação do orçamento da EAF no mês de agosto, tendo o Coordenador do GT-F manifestado sua concordância. Ato contínuo, não havendo manifestações adicionais, passou-se para o item 10 da Pauta.
10	O Secretário Executivo do GAISPI questionou os membros do GAISPI se haveria quanto à existência de outros assuntos a serem tratados nesta Reunião Ordinária. Não havendo manifestações, passou-se para o item 11 da Pauta.
11	Foi proposta a realização da 52ª Reunião Ordinária do GAISPI no dia 18 de setembro de 2026, às 9h30, de forma remota. O Presidente do GAISPI alertou os membros quanto à possibilidade de convocação de reunião extraordinária antes dessa data, caso se mostre necessária em razão das matérias em andamento. Diante do consenso, ficou definida a realização da 52ª Reunião Ordinária do GAISPI em 18 de setembro de 2026, às 9h30, de forma remota, sem prejuízo de eventual convocação de reunião extraordinária anteriormente. Concluídos os assuntos constantes da pauta, foi declarada encerrada a 51ª Reunião Ordinária do GAISPI.

4. **ANEXO DA ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAISPI:**

Anexo I: ITEM 2 – **Apresentação da EAF** (SEI nº 16180816);

Anexo II: ITEM 7 – **Apresentação do GT-MIGRAÇÃO** (SEI nº 16180873);

5. **APROVAÇÃO**

5.1. Declara-se que o presente registro escrito reflete o conteúdo das discussões, manifestações e deliberações ocorridas durante a 52ª Reunião Ordinária do GAISPI, consolidando os entendimentos e encaminhamentos aprovados no âmbito do Grupo.